



MIGUEL DE CASTRO NETO

“UM SMART PORTUGAL É POSSÍVEL”

Lúcia Crespo

Miguel de Castro Neto, coordenador do NOVA Cidade – Urban Analytics Lab, defende uma iniciativa nacional na área da política das cidades inteligentes e sustentáveis. “Seria necessária uma articulação de topo e uma perspetiva integrada para criar um quadro no qual de facto geríssemos o processo, transformando Portugal numa verdadeira ‘smart nation’ ou algo do género. Temos os atores certos para que tal aconteça”, diz o subdiretor da NOVA Information Management School, onde também dirige o mestrado em Gestão de Informação. O antigo secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza nos XIX e XX Governos Constitucionais foi nomeado “Personalidade do Ano Smart Cities 2017” pela Green Business Week.

A pandemia é também um teste às “smart cities”?

Hoje em dia usamos sobretudo a expressão “cidades inteligentes e sustentáveis”, porque os grandes desafios dos espaços urbanos, por um lado, dizem respeito à gestão de serviços e infraestruturas para garantir a qualidade de vida de quem neles reside, trabalha ou visita, mas por outro lado não podem ser desligados de questões como a sustentabilidade, a emergência climática, a transição energética e a descarbonização. As cidades têm um papel essencial na resposta a estes temas, dada a crescente concentração de pessoas em áreas urbanas, e a pandemia fez sobressair ainda mais esse papel. Um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o ODS 11, relativo às cidades e comunidades sustentáveis, aponta quatro ambições. Uma delas é a sustentabilidade, que surge acompanhada por outras metas, como a inclusão, a segurança e a resiliência. Ou seja, uma cidade inteligente e sustentável é também aquela que revela capacidade de enfrentar fenómenos extremos e inesperados, como é o caso da presente pandemia.

Os territórios que não eram sustentáveis terão de o ser agora?

Sim, até porque as cidades com patamares mais elevados de maturidade, em termos da construção desta inteligência urbana, têm um outro conhecimento sobre si próprias, conseguindo ser mais ágeis na resposta à pandemia. Há vários exemplos e é complicado apontar uns em detrimento de outros, mas no território nacional destacaria a vila de Cascais ou a cidade de Viseu. A nível internacional, uma referência para Paris ou Londres, que anunciaram avultados investimentos em infraestruturas cicláveis, ou para Vilnius, a capital da Lituânia, a primeira cidade onde cafés, restaurantes e

bares puderam expandir as suas esplanadas, sem necessidade de um processo de licenciamento. Outras localidades adotaram sistemas para monitorizar os transportes públicos, assegurando que não haveria uma grande concentração de pessoas. Em Portugal, num primeiro momento, adotámos medidas gerais, aplicadas a todo o país, e depois passámos a tratar os concelhos de forma distinta, segundo o comportamento da pandemia. Idealmente, ainda poderíamos ir mais longe e fazer essa gestão a escalas territoriais mais granulares, com abordagens mais finas.

As cidades estarão mais preparadas para futuras pandemias?

Uma das consequências da covid-19 foi a transformação digital acelerada dos territórios, uma vez que a maior parte dos municípios tem vindo a dotar-se de capacidades para recolher e analisar dados, tomando decisões com base em factos, o que alavancou o desenvolvimento das cidades inteligentes e sustentáveis. Paralela e subitamente, também nos deparámos com cidades sem carros, onde a qualidade do ar melhorou, o nível de ruído baixou e o espaço público sofreu uma valorização automática. Mas há um longo caminho a percorrer, porque muitas das mudanças necessárias são infraestruturais. Por um lado, a Europa pretende ser um continente climaticamente neutro, ambição patente no novo quadro comunitário, quer em sede de Green Deal, quer de Horizonte Europa. Mas há também um desafio societal: como devolver as cidades às pessoas, como aumentar o espaço de fruição pública e as infraestruturas verdes. Temos de pensar em mudar de facto o caminho que estávamos a seguir, com uma abordagem estratégica e de planeamento das cidades distinta da que seguimos até hoje. Com uma abordagem baseada na inteligência territorial e coletiva.

Costuma dizer que o conceito do futuro é a chamada “cidade dos 15 minutos”.

Essa ideia está a ser posta em prática em vários locais, como Melbourne, Otava, Detroit e Paris. O conceito refere-se a uma cidade onde, a uma distância de tempo de 15 minutos, a pé ou de bicicleta, conseguimos alcançar os serviços relevantes para o nosso quotidiano. Mas o processo de transformação digital pode ir além das cidades, o que faz ainda mais sentido num país com a dimensão de Portugal. Falo não apenas de cidades inteligentes e sustentáveis, mas de territórios inteligentes e sustentáveis. Existem projetos interessantes, alguns regionais, protagonizados pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), outros inter-





BEM-ESTAR E CIDADES SUSTENTÁVEIS

municipais. Foi lançada, por exemplo, a iniciativa Região Inteligente Algarve (RIA) da CCDR Algarve e, mais recentemente, a CCDR Alentejo apresentou o projeto europeu "Auroral", que tem por objetivo dotar as regiões rurais europeias de um ambiente digital integrado capaz de suportar "smart communities".

Estes projetos regionais não deveriam estar mais interligados?

Julgo que estamos a fazer esse caminho e, depois de muitos projetos municipais, começam realmente a emergir iniciativas à escala intermunicipal, regional e mesmo nacional. Porque o segredo está também em adotar perspetivas integradas. Nesse sentido, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANPM) desenvolveu recentemente um projeto de boas práticas para a construção de plataformas de inteligência urbana. Há uma capacidade crescente de recolher dados de múltiplas origens e formatos e de usar essa informação para melhorar as políticas públicas. No NOVA Cidade – Urban Analytics Lab, temos acompanhado projetos que utilizam dados para acelerar a construção de territórios e cidades inteligentes e sustentáveis. Por exemplo, no serviço de bicicletas partilhadas de Lisboa, tentamos garantir que existem bicicletas nas estações, usando um modelo preditivo para antecipar a procura e identificar os locais ideais para expandir a rede. Realizámos também um trabalho com o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa recorrendo a inteligência artificial, em que determinamos a probabilidade de ocorrências que exigem a presença de operacionais, garantindo que estão preparados para, amanhã, chegarem ao local do acidente em menos de cinco minutos.

A gestão inteligente da informação poderá ser também uma ferramenta para o planeamento turístico?

Sem dúvida. As crescentes capacidades analíticas têm aqui um papel a desempenhar. Assistimos a uma quebra forte do turismo, mas essa tendência não foi uniforme nos territórios, sobretudo em termos de turismo interno. Existe uma oportunidade para explorar este contexto de turismo sustentável, tirando partido dos dados para melhorar as experiências de visitação e a governação dos territórios. Neste contexto, estamos a desenvolver o projeto Smart Region com a Comunidade Intermunicipal do Oeste, permitindo também fornecer mais informação a quem governa o território do ponto de vista de planeamento e de gestão da carga turística.



É urgente que todo o país passe a ter uma cobertura uniforme de dados e voz.

Cidades pequenas, vilas e aldeias serão agora mais atrativas para viver, sobretudo com a pandemia. Quais os seus grandes desafios?

Por um lado, os problemas da mobilidade dos grandes centros urbanos podem de alguma forma ser atenuados. Se, pelo menos em parte do tempo, as pessoas estiverem em teletrabalho, teremos uma redução significativa dos movimentos pendulares. Na realidade, em Portugal, as distâncias entre as localidades não são grandes. Poderemos então ter pessoas a viver a uma distância de 100 ou 200 quilómetros dos grandes centros urbanos, onde passam a ir uma ou duas vezes por semana. E isso leva-nos a outro desafio, que ainda hoje é um constrangimento, que é o da conectividade digital. É urgente que todo o país passe a ter uma cobertura uniforme de dados e voz. Uma empresa ou uma família deve poder instalar-se em qualquer parte do país, com a garantia de estar conectada digitalmente. O desafio da acessibilidade digital é uma realidade e deveria ser considerado um direito fundamental de qualquer cidadão.

Os grandes centros urbanos ficariam menos pressionados ambientalmente. Mas podemos esperar que tal aconteça realmente no pós-pandemia?

Estamos neste momento a construir uma nova realidade e ainda não temos resposta para todos os desafios que enfrentamos. Mas assistimos a uma mudança profunda e que veio para ficar. Não vamos voltar à realidade pré-pandemia. Com os mecanismos europeus previstos para nos ajudar a recuperar, a ambição não é repor a economia, mas transformar essa economia. Trata-se de mudar o nosso modelo de desenvolvimento para fazer face aos desafios ambientais e societários e alavancarmos de uma vez por todas uma sociedade mais inteligente e sustentável, suportada pela transformação digital. Quer queiramos, quer não, o nosso futuro depende disso mesmo.

A sustentabilidade terá de ser muito mais do que um "chavão"?

Não basta existirem iniciativas, regulamentos e políticas, cada um de nós é um ator desta transformação, cada cidadão terá de promover uma mudança dos seus hábitos individuais para que coletivamente seja possível fazer esta mudança. Na verdade, fala-se cada vez mais de resiliência, que está também ela intrinsecamente ligada à sustentabilidade. Mas tanto a sustentabilidade como a resiliência dependerão sempre da transformação digital para se concretizarem em cada território ou comunidade.

Estima-se que, em 2050, 70% da população mundial viverá nas cidades – que hoje produzem 50% dos resíduos globais e consomem 75% da energia mundial. Estes números podem ser revistos positivamente?

Esperemos que sim. Quanto à concentração da população nas áreas urbanas, efetivamente poderá não acontecer com essa dimensão, mas a verdade é que esses são números apresentados à escala global, pois a nível europeu já ultrapassámos os 50%... Quando falamos em 70%, olhamos sobretudo para os países em vias de desenvolvimento e para as megacidades, com mais de 10 milhões de habitantes. Mas, globalmente, é provável que em 2050 tenhamos realmente 70% da população a viver nas cidades. Ou até mais...



Miguel Eiras Antunes, “partner” da Deloitte e especialista em cidades inteligentes, diz que Portugal tem tudo para ser um dos países mais “smart & sustainability” da Europa. O que nos falta?

Em Portugal, existe capital humano, temos empresas inspiradoras e a academia está envolvida em diversos projetos, mas julgo que seria importante uma iniciativa nacional na área da política das cidades inteligentes e sustentáveis. Ou seja, seria necessária uma articulação de topo e uma perspetiva integrada para criar um quadro em que de facto geríssemos o processo, transformando Portugal numa verdadeira “smart nation” ou algo do género. Um “Smart Portugal” é possível. Temos os atores certos para que tal aconteça.

Como surgiu o seu gosto pelo tema das cidades sustentáveis?

Tem sido um longo caminho. Sou professor de Business Intelligence na NOVA Information Management School, onde criei o mestrado com o mesmo nome, e que hoje é classificado pelo “ranking” internacional Eduniversal como o melhor do mundo na área. A certa altura, fui convidado para o governo de Pedro Passos Coelho, como secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, e apercebi-me de uma oportunidade: os conceitos de “business intelligence” poderiam ser aplicados às cidades. Então, ao regressar à universidade, criei o NOVA Cidade – Urban Analytics Lab, onde tenho desenvolvido a área de utilização da analítica no contexto das cidades, dando foco ao estabelecimento de parcerias. Tem sido um trabalho mais “bottom up” do que “top down”, partindo sempre das necessidades reais do território e das pessoas.

Como especialista em ciência dos dados, como responde aos perigos do chamado “panótico digital”?

As questões relativas à privacidade e à utilização ética da informação estão sempre presentes no nosso trabalho. Por exemplo, na NOVA IMS temos uma comissão que avalia os projetos de investi-

gação, garantindo o cumprimento de um código de ética nesta matéria. É um desafio de facto, mas esse desafio não pode ser inibidor da inovação e da evolução, tem de haver um equilíbrio. Precisamos de assegurar a utilização ética dos dados, conseguindo ao mesmo tempo inovar e construir uma sociedade inclusiva, resiliente, inteligente e sustentável. Se é verdade que muitas vezes antecipamos o perigo da distopia de George Orwell, não é menos verdade que a tecnologia pode promover a construção de uma visão mais utópica da sociedade. O uso que lhe damos é que faz a diferença. Isso sempre foi e sempre será assim, e confesso que sou bastante otimista relativamente a essa matéria. Sendo verdade que hoje antecipamos desafios que não antecipávamos, também é verdade que a vigilância coletiva sobre o que acontece é muito grande, a fiscalização é forte. Vamos evoluindo, vamos aprendendo e vamos criando novas funções. Qualquer revolução coloca sempre múltiplos desafios.

Porque é disso que se trata, de uma revolução?

É uma revolução, que passa não apenas pelas capacidades que temos ao nosso dispor, mas também pela democratização do acesso a estas capacidades. Não só temos disponível um volume crescente de dados, como a própria tecnologia está mais acessível. Qualquer pessoa pode ter uma ideia e rapidamente materializar essa ideia num protótipo, utilizando recursos que estão disponíveis gratuitamente. Falamos de uma revolução com múltiplas dimensões, e a democratização do acesso à tecnologia é uma delas, haja as competências para aproveitar a possibilidade. E, para que todos possam tirar partido da transformação digital, é necessário também um esforço de formação ao longo da vida. Empresas e Administração Pública têm de saber utilizar estas ferramentas analíticas, isso é mesmo vital para a sua competitividade no curto prazo. Toda a população ativa precisa urgentemente de capacitação nestas matérias. ●●



Se é verdade que muitas vezes antecipamos o perigo da distopia de George Orwell, não é menos verdade que a tecnologia pode promover a construção de uma visão mais utópica da sociedade.



ID: 92288434

15-04-2021

SER SUSTENTÁVEL GANHAR O FUTURO



Entrevistas a
Frans Timmermans,
Mohan Munasinghe,
Miguel Castro Neto,
Clara Gonçalves,
Rosa Monteiro
e Luís Mergulhão.

Os desafios da sustentabilidade na descarbonização, na economia circular, nas cidades, na igualdade e diversidade, no mundo financeiro, na tecnologia e na comunicação.

88 candidaturas que mostram o caminho da sustentabilidade em Portugal.

Prémio
Nacional de
Sustentabilidade
20  30
negócios